

A GESTÃO EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO FLEXÍVEL DO NOVO TRABALHADOR

Valmira Maria de Amariz Coelho Cruz¹

Instituto Federal do Paraná- IFPR
valmiracruz@yahoo.com.br

Frederico Fonseca da Silva²

Instituto Federal do Paraná- IFPR
frederico.silva@ifpr.edu.br

Fabio Angeoletto³

Universidade Autônoma de Madrid.
Fabio_angeoletto@yahoo.com.br

Márcia Cristina Araújo Lustosa Silva⁴

Universidade Lusófona do Porto (Portugal)
marciaclustosa@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho aborda a administração escolar do Brasil colonial até os dias atuais. Ressalta o perfil do novo trabalhador da era tecnológica, a importância de uma formação flexível voltada para o trabalho, a formação e atribuições do gestor de uma escola profissional. O objetivo é contribuir para o reconhecimento do gestor na formação dos jovens brasileiros. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a análise do desempenho da gestora de uma Escola Pública do estado de PE. Constatou-se, que as exigências do perfil do gestor da educação profissional, requerem um indivíduo planejador, atuante que promova a produção e a aquisição de saberes, referenciais que compõem a formação geral dos educandos.

Palavras-chave: Formação flexível; Gestão educacional; Novo trabalhador.

Abstract: This paper discusses the school administration of colonial Brazil until today. Highlights the profile of the new worker's technological age, the importance of a flexible training focused on work, training and responsibilities of the manager of a professional school. The aim is to contribute to the recognition of the manager in training young Brazilians. It was used the bibliographic research and analysis of the performance of the manager of a public school in the state of Pernambuco (Brazil). It was observed that the requirements of the profile manager of professional education

¹ Acadêmica do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* para Gestores dos Sistemas Estaduais de Ensino, pelo IFPR – Instituto Federal do Paraná, formada em Licenciatura Plena em Letras, pela FFPP - Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (Petrolina - PE) e Especialista em Gestão Escolar pela UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Email: valmiracruz@yahoo.com.br.

² Engenheiro Agrônomo, doutor em Irrigação e Meio Ambiente, Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Email: frederico.silva@ifpr.edu.br

³ Biólogo, Doutor em Ecologia e Meio Ambiente pela Universidade Autônoma de Madrid. Pesquisador da Rede Nacional Observatório das Metrôpoles Email: fabio_angeoletto@yahoo.es

⁴ Mestranda em Ciências da Educação, Universidade Lusófona do Porto, Portugal. Pós-graduada em Psicopedagogia, UNICAP - Universidade Católica de PE-, Especialista em Educação Infantil, FUNESO - Fundação de Ensino Superior de Olinda, graduada em Licenciatura Plena em Letras, FUNESO - Fundação de Ensino Superior de Olinda. Email: marciaclustosa@hotmail.com

require an individual planner, working to promote the production and acquisition of knowledge, references that comprise the general education of students.

Keywords: Flexible training; Education Management; New worker.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho imposto pelo atual processo de globalização e pela inserção das novas tecnologias requer do trabalhador atual um perfil que atenda não somente a um determinado tipo de competência, mas que também abranja uma formação multidimensional que atenda aos novos padrões de industrialização exigidos pelo capital de um mundo tecnologicamente globalizado.

A cada dia se vê aumentar a demanda por uma mão de obra formada e qualificada dentro dos padrões técnicos exigidos pela “nova indústria brasileira”. Entretanto, de acordo com os dados estatísticos da Confederação Nacional da Indústria, atualmente, 61% dos trabalhadores da indústria não têm a educação básica completa, destes, aproximadamente, 2,4 milhões não possuem o ensino fundamental(CNI, 2007).

Ainda de acordo com o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto,segundo Melo e Meznek (2011), existe a necessidade de que a indústria e o sistema educativo caminhem em paralelo na promoção de uma educação baseada na formação flexível do futuro jovem trabalhador.

O objetivo do presente trabalho consiste em caracterizar a formação flexível do novo trabalhador respaldada por uma gestão educacional voltada para este fim.

HISTÓRICO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Nos dias de hoje, com o rápido desenvolvimento científico e tecnológico, as exigências da sociedade do conhecimento têm provocado transformações visíveis no processo de gestão, tanto na esfera pública quanto na esfera particular. Essas transformações requerem indivíduos cuja competência lhes permita interagir com os diversos fatores cognitivos, comportamentais, atitudinais e técnicos, que se lhes apresente no dia a dia.

Hoje, se tem como certo que a Educação profissional é uma forma de ensino de suma importância para o desenvolvimento global do nosso país. No entanto, esse tipo de

educação ainda é discriminado na nossa sociedade, pois, desde sua gênese, encontra-se marcado pelo estigma do preconceito social discriminatório (CUNHA, 2000).

A palavra ‘administrar’ é originária do latim *administrare*, significa gerir, governar. Já a conhecida forma de administração, segundo (ANDREOTTI; LOMBARDI; MINTO, 2010), surgiu através dos modos capitalistas de produção. No século XIX surgiu a moderna administração, com o objetivo de disciplinar o trabalho e obter os lucros de uma maior produtividade. Esse tipo de administração, baseado na divisão de trabalho, subdividia a sociedade em diversas ocupações e tinha os seguintes propósitos: a divisão do próprio trabalho na produção, a análise do processo de trabalho, a separação do trabalho de produção e ajustar os trabalhadores em uma só atividade específica. No entanto, essa divisão, na ótica de Braverman (1981), configura-se inaceitável quando, *é efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa humana e a humanidade.*

A divisão do trabalho originou a necessidade de especialistas nas diversas áreas de produção, levando o trabalhador a uma condição de alienação e parcelamento, o que ocasionou a transformação da força de trabalho em mercadoria, fato decorrente do domínio político e social do capital. Esse controle passou a reger todas as esferas da vida social e política do povo. Dividiram-se o trabalho individual e social, bem como a distinção entre saber e fazer, planejar e executar, mandar e obedecer, o que levou os profissionais a uma crescente e contínua busca pelo aperfeiçoamento (ANDREOTTI; LOMBARDI; MINTO, 2010).

No Brasil colônia, à época do período jesuítico, havia o interesse pela catequese e instrução dos indígenas. Os colégios jesuíticos foram os primeiros na formação regular da elite, isto até meados do século XVIII. Segundo Franca, (1952), não se pode relevar a importância do desenvolvimento da educação da Companhia de Jesus, pois:

“Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla ‘rede’ de escolas elementares e colégios, [...] contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum*, a sua expressão máxima” (SANGENIS, 2004).

Nessa modalidade de administração encontrava-se o reitor- autoridade máxima do colégio, subordinado ao provincial⁴; o prefeito de estudos - braço direito do reitor na

⁴Segundo Andreottiet al. (2010), componente da hierarquia da Ordem dos Jesuítas, submetido a autoridade do provincial geral e responsável por cada uma das “Províncias ou circunscrições territoriais”.

orientação pedagógica; e, em última escala, o aluno. Essa gestão consistia na execução das atividades de ordem prática/administrativas e das educacionais; aos demais encarregados cabia gerir os estudos e as aulas (ANDREOTTI; LOMBARDI; MINTO, 2010). Ao professor, cabia preparar e desenvolver suas aulas, submetendo-as ao prefeito, assim como suas teses e livros para apreciação (ANDREOTTI; LOMBARDI; MINTO, 2010).

De acordo com Andreotti, Lombardi e Minto (2010), as reformas educacionais do período pombalino⁵ ocorreram em 1769 com o surgimento da primeira forma de ensino público no Brasil.

No âmbito educacional, as aulas régias⁶, destinadas às elites, eram ministradas por um único professor- escolhido pelo rei, e preparatórias para continuação dos estudos na Europa. Convém destacar que, muito embora o primeiro concurso para professor no Brasil houvesse acontecido no Rio de Janeiro, em 1760, as primeiras aulas só aconteceram em 1774, ou seja, catorze anos depois do concurso (ANDREOTTI; LOMBARDI; MINTO, 2010).

A expulsão dos jesuítas levou à extinção os colégios por eles geridos. Com o objetivo de Organizar a Educação, o Estado deu seus primeiros passos nesse sentido criando as aulas régias de várias disciplinas e o cargo de diretor geral dos estudos, tentava, assim, organizar uma Educação Moderna e de conteúdo diversificado. No entanto, para Andreotti, Lombardi e Minto (2010), a expulsão dos jesuítas do Brasil destruiu o único sistema de ensino existente no país, até então. O que na concepção de Azevedo (1943), constituiu *a primeira, grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil*.

Nos idos de 1807, a família real portuguesa e toda sua corte, transferiu-se para o Brasil, tornando-o sede do governo e transformando-o em Reino Unido a Portugal. Este fato favoreceu o Brasil tanto economicamente quanto culturalmente. Iniciou-se, no Rio de Janeiro, a fundação de várias instituições, as quais continham um caráter assistencialista e ofereciam uma ‘aprendizagem compulsória’. Na visão de Santos (2000), as instituições visavam suprir a demanda de mão de obra para as fábricas, agora liberadas para funcionar no país.

Nesse período, a organização do ensino superior obteve avanços, em detrimento das demais.

⁵ Reformas de caráter administrativo, econômico e educacional, realizadas pelo Marquês de Pombal.

⁶ Aulas ministradas nas casas dos próprios professores, ou em conventos ou em estabelecimentos jesuíticos.

A administração escolar no Período Imperial (1822-1889) foi marcada pela decretação da Lei Geral⁷ de 1827. Aos 16 de março de 1846, foi decretada a Lei Geral n° 34⁸. Essa lei caracterizou-se pela existência de uma comissão formada por 3 (três) cidadãos representantes do governo provincial, municipal e da Igreja, cuja função seria a de fiscalizar as escolas e os professores, pois ainda não existia a figura do diretor. Esta função só foi introduzida no âmbito educacional, conforme explicita Andreotti, Lombardi e Minto (2010) sob a Lei n° 29, de 16 de março de 1847, a qual determinava o funcionamento dos Liceus em São Paulo e dizia: *O governo nomeará um cidadão de inteligência e reconhecida probidade e patriotismo para directhor do licêo* (São Paulo-Província, 1868)⁹. O diretor era responsável pelos professores, alunos e por todas as atividades inerentes ao local de ensino.

Só na Primeira República, com a Reforma Nacional na educação e com base no Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário (Decreto 3890 de 1°/01/1901), é que na estruturação humana e administrativa da escola surge o diretor. Este, submetido diretamente ao Governador, além de regular as várias atividades burocráticas, administrativas e pedagógicas deveria, também, conforme assinalado por Andreotti, Lombardi e Minto (2010), com base no Decreto 3890/01, Art. 3°, §13° e § 14°, assistir às aulas e exames.

Em 1915, após uma forçada omissão do Estado no setor educacional, a Reforma Carlos Maximiliano¹⁰ permitiu a indicação de diretores pelo Presidente. Nessa época, as funções do diretor eram estabelecidas no Decreto n° 11.530, de 18/03/1915, e consistiam no detalhamento de tudo o que se passasse na instituição relativo à ordem, disciplina, observância das leis e orçamento (ANDREOTTI; LOMBARDI; MINTO, 2010). Outras Reformas aconteceram, tais como: Reforma Rocha Vaz em 1925, a Reforma Francisco Campos em 1931 e a Reforma instituída pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema, na década de 1940.

Nos idos de 1942, foi criado o SENAI¹¹ e em 1946 a União regulamentou o ensino primário e os cursos de formação de professores, criando, também, o SENAC¹² (ANDREOTTI; LOMBARDI; MINTO, 2010).

⁷ Foi decretada como Lei nacional: Considerada a primeira lei da educação nacional brasileira.

⁸ São Paulo, Província, 1868.

⁹ SÃO PAULO (Província). Lei n° 347 (ou 29), de 16 de março de 1847. Regulamenta os Liceus da província de São Paulo. Colleção das leis promulgadas pela Assembléa da província de São Paulo desde 1835 até 1888. São Paulo: Typografia Imparcial de J. Roberto de Azevedo marques, Rua da imperatriz, 27, 1868.

¹⁰ Reforma que se deu no governo de Venceslau Brás (1914-1918).

¹¹ SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Porém, no cenário da administração escolar, tudo continuava como dantes, poucas e insignificantes mudanças para caracterizar uma verdadeira e democrática gestão.

A LDB¹³ E A GESTÃO PARA UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL FLEXÍVEL.

O crescente desenvolvimento industrial no Brasil e, conseqüentemente, a demanda por uma mão de obra profissionalizada e qualificada, fez o governo repensar sua relação com a educação. O setor educacional, ainda sem uma lei que normatizasse as suas ações, crescia na popularização do ensino, tornando premente um projeto nacional de Educação. Da pressão social e política, em 1948, foi encaminhado à Câmara Federal um projeto de Lei para discussão das Bases da Educação no país, o qual só foi promulgado em 1961, originando a primeira LDB da Educação Nacional, Lei nº 4.064. Essa lei, entre outras normatizações, segundo Santos (2002), ditava que “o diretor de escola deverá ser educador qualificado”. Essa qualificação deveria ter características pessoais e profissionais.

A função do diretor de escola sofreu uma profunda modificação advinda da ditadura, esta originária do golpe militar de 1964. A economia do país, com base na industrialização e na interferência política, econômica e social do capitalismo nacional e internacional, favoreceu apenas a burguesia e as classes mais elevadas da sociedade (ANDREOTTI; LOMBARDI; MINTO, 2010).

Em 1963, foi criada a ANPAE¹⁴. Por essa época era evidente a função **assistencialista** da educação ao não explicitar na LDB como deveria ocorrer a organização social da comunidade (LOPES, 2003).

Na contemporaneidade, a LDB contempla uma formação técnica profissional de caráter flexível, o que requer do gestor, além de uma excelente qualificação profissional, o desenvolvimento de uma gestão democrática, conseqüentemente, aberta e flexível para as várias mudanças sociais, educacionais e das exigências formativas do campo profissional requeridas pelo mundo globalizado (ANDREOTTI; LOMBARDI; MINTO, 2010).

Fazendo referência ao profissional gestor, Chagas (1980) afirma:

¹² SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

¹³ LDB - Lei de Diretrizes e Bases.

¹⁴ ANPAE - Associação Nacional de Profissionais de Administração e Educação.

“para conduzir a complexa escola moderna, [...]. O próprio gestor tem que possuir um lastro de experiência educacional sobre o qual possa afirmar os seus julgamentos e decisões. Do contrário, por não ser par entre os educadores, o administrador- só- administrador tenderá a converter-se num interventor ora dócil, ora impositivo, sempre em detrimento da real eficiência”.

Nesse contexto, o Parecer nº 93/62 do antigo Conselho Federal de Educação (CFE) regulamentava o cargo de Diretor de Escola (SANTOS, 2002).

Sendo assim, para que realmente ocorra uma formação técnica profissional flexível, em atenção à demanda de mão de obra especializada e qualificada, dos setores produtivos das indústrias brasileiras, é necessário que não somente aqueles responsáveis pelas políticas públicas de ensino, mas, especialmente a figura do gestor, no seu lócus e espaço temporal, tenha uma visão de formação flexível para o trabalho. Mas, primordialmente, direcionada para o pleno desenvolvimento do educando em detrimento de uma formação aligeirada, fragmentada e de pouca ou quase nenhuma qualidade (MELO; MEZNEK, 2011).

PERFIL PROFISSIONAL DO “NOVO” TRABALHADOR

A globalização e, conseqüentemente, o rápido avanço tecnológico exige uma mudança radical, na formação dos atuais e futuros profissionais. Indivíduos que, historicamente, desde épocas remotas, buscam o aprimoramento dos seus métodos e de suas práticas de trabalho.

As mudanças estruturais e organizacionais do mundo do trabalho, geradas pelo rápido crescimento das inovações tecnológicas, promovem novas formas de organização e preconizam intensas mudanças comportamentais, requerendo do trabalhador, a nível de qualificação e competência, um perfil diferenciado daquele exigido até então.

Contrariamente ao perfil de um profissional técnico com maior escolaridade exigido pelos empresários brasileiros, o perfil do novo profissional está embasado nas seguintes categorias: adesão, negação do conflito, liderança e avaliação, segundo Melo e Meznik (2011). As qualidades apontadas como características do perfil profissional do novo trabalhador pela CNI, não contempla uma formação profissional completa, enfatiza, sim, características de um perfil profissional peculiar a cada empresa.

De acordo com o explicitado por Melo (2010), a classe empresarial desacredita do ensino brasileiro para a formação de indivíduos capazes de atuar nas suas empresas

e, em contrapartida, prefere investir em órgãos como o SESI¹⁵ e o SENAI, visando a formação qualificada dos seus trabalhadores (MELO e MEZNEK, 2011).

Nesse universo empresarial de busca por uma mão de obra profissionalizada e qualificada, que atenda a demanda de produção de bens e serviços - fato que se reflete nos lucros obtidos - o que se vê emergir é um conflito social entre o imediatismo dos empresários, refletido na rápida formação profissional fornecida pelo sistema “S” de ensino. Entre os mecanismos intraempresariais adotados, como por exemplo: trabalho em equipe, ritmo de trabalho, desempenho profissional, qualidade e quantidade; e, também, entre os objetivos da atual política pública de ensino brasileiro, que dá especial enfoque para a formação técnica profissional no Brasil.

Segundo Melo e Meznek (2011), além da necessidade de qualificação constante o trabalhador precisa estar envolvido emocional e socialmente com o trabalho. Na concepção de Arruda, Marteleto e Souza, 2000

“Elege-se como ideal o profissional que potencialize, a comunicação, a interpretação de dados, a flexibilização, a integração funcional e a geração, absorção e troca de conhecimentos”.

Mediando o cenário de conflitos entre a formação profissional dos indivíduos sugerida pelos empresários, e aquela adotada pelas escolas públicas do país, delinea-se uma educação com base na formação profissional flexível, que na opinião de Gondim (2002), só a partir daí será possível

“atender a exigência de um perfil multiprofissional e proporcionar a maturidade pessoal e a identidade profissional necessárias para agir em situação de imprevisibilidade, realidade em que estão sujeitas as organizações atuais”.

Portanto, o grande desafio na concretude de uma formação técnica profissional flexível, consiste na aplicação de ações de políticas públicas que se sobreponham a uma formação exclusiva do proletariado e incidam diretamente na formação plena do indivíduo.

PAPEL E FUNÇÃO DO GESTOR

No mundo atual, o avanço no uso das tecnologias da informação e comunicação tem se refletido nas salas de aula, colocando as escolas públicas do Brasil

¹⁵ SESI - Serviço Social da Indústria.

em um patamar diferenciado daquele em que se encontrava antigamente. Esta crescente evolução tecnológica exige do gestor e dos demais profissionais da educação, além de uma atualização administrativa e pedagógica concomitante ao processo de ensino, a ciência de que para o aprimoramento das aulas e a realização de um aprendizado eficiente, as práticas educativas e administrativas devem caminhar em consonância com o uso das tecnologias.

Dessa forma, o novo profissional da educação, será um administrador e mediador de conhecimentos, um verdadeiro formador do novo perfil profissional do trabalhador atual.

A formação desse perfil deve priorizar, além dos conhecimentos científicos e tecnológicos, a aquisição de competências e habilidades para que possam atuar, criar, modificar e liderar, em qualquer esfera da sociedade em que estejam inseridos. Para tanto, a instituição de ensino profissional deve contar com uma equipe pedagógica preparada e habilitada para atuar de forma democrática, compartilhada e interativa tanto nos campos pedagógico, quanto no tecnológico e no administrativo.

Contudo, conforme evidenciado em pesquisa realizada na instituição de ensino em foco, alguns educadores não se sentem capazes de trabalhar suas práticas pedagógicas amparados no uso das TIC's, e outros a fazem através do uso inapropriado destes recursos¹⁶.

Com referência a essa primeira assertiva o professor Hamilton Werneck¹⁷, afirma que em suas visitas às escolas públicas e particulares do país, com vistas a verificar a adesão às novas tecnologias, “já fui a escolas em que os professores pediam para que a direção não mexesse no material. Há uma resistência de modo geral. Eles têm medo de enfrentar o risco da novidade”.

Com base nessa afirmação, cabe ao profissional gestor, enquanto principal líder administrativo e pedagógico de uma instituição educacional profissionalizante, mobilizar ações que viabilizem a superação das dificuldades apresentadas pelo seu corpo docente em relação ao uso das TIC's.

Portanto, o desenvolvimento de uma gestão democrática na educação profissional, exige um profissional aberto ao diálogo, planejador, transformador e seguro dos objetivos e das metas que se propôs a alcançar.

¹⁶ Pesquisa, de cunho informativo, realizada por meio de questionário, entre os docentes da Escola de Referência em Ensino Médio Professor Carlos Frederico do Rêgo Maciel, situada em Camaragibe-PE.

¹⁷ Hamilton Werneck, Professor de Psicologia e Pedagogo. **Embate do uso tecnológico**. Matéria publicada no Jornal Diário de Pernambuco, p. A15. 1º de julho de 2012.

A PRÁTICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

A instituição escolar tomada como referência para essa prática de gestão foi fundada aos 30 de maio de 1982. Por essa época era uma escola que atendia ao Ensino Fundamental desde a fase inicial até a 8ª série, ao Ensino Especial e ao Ensino Médio. Passando a funcionar como uma unidade de Referência em Ensino Médio, a partir de 2010. A equipe gestora dessa unidade de ensino está composta pela Gestora, pela Educadora de Apoio, por duas Técnicas Educacionais e pelo Conselho Escolar - este contando com a participação docente, discente, de pais e representantes da comunidade.

Essa escola desenvolve sua gestão de forma democrática, embasada nos valores e princípios organizacionais estabelecidos quando da elaboração das ações e metas a serem inseridas no seu PPP¹⁸. A realização dessas ações, seus resultados, as decisões e as possíveis correções são realizadas pela equipe gestora e demais componentes da força de trabalho dessa unidade escolar e concretizadas através de reuniões com datas previamente estabelecidas no PPP ou agendadas nas reuniões sistemáticas, realizadas de acordo com as necessidades diárias da escola.

A transparência das ações dessa gestão é evidenciada através de reuniões (com professores, educandos, pais, comunidade e os outros segmentos escolares), por meio de cartazes, quadro de avisos, banners, jornais de circulação local, do Blog da escola e site na internet.

É também de competência da equipe gestora executar, analisar e corrigir o desempenho operacional e estratégico da escola e o alcance das suas metas pré-estabelecidas pelo Programa de Modernização da Gestão Pública (Programa de melhoria dos indicadores educacionais do Estado, adotado desde 2007), com base no Relatório de Monitoramento das Metas e nos Indicadores de Desempenho semestrais.

Embora a referida unidade escolar não seja de Ensino Técnico Profissionalizante, a gestão, em consonância com o corpo docente e através de parcerias extra escola (CIEE, DETRAN, SENAC, INFO BOA VISTA, INSTITUTO ALIANÇA, WALMART INSTITUTO, NOVETY COSMÉTICOS, BRITISH COUNCIL) conduz uma prática pedagógica direcionada a autonomia, ao empreendedorismo e a proficiência

¹⁸PPP - Projeto Político Pedagógico.

do educando, proporcionando ao mesmo uma formação profissional que lhe permita atuar e competir nos vários setores do mercado de trabalho.

Objetivando sempre a busca por excelência e desenvolvendo sua gestão com base em seus princípios, valores, missão e visão de mundo, a gestora dessa escola é detentora de vários prêmios de gestão, dentre os quais, destacam-se: 1º lugar em Referência em Gestão Escolar na Gerência Regional de Educação Metropolitana Sul - GRE nos anos de 2003/2004/2005/2006/2007 e Prêmio Internacional de Liderança (International Leadership Award) em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) idealizado por meio da parceria com o Reino Unido através do British Council, em 2010.

Na verdade, o grande desafio do gestor para proporcionar uma formação profissional flexível ao novo trabalhador, consiste na quebra do paradigma do autoritarismo e da sua abertura para o novo, possibilitando formar cidadãos capazes de atender as demandas por competências e qualificação profissional, da moderna industrialização do país, adequando-os as várias facetas das atuais transformações do mundo do trabalho.

TECENDO CONSIDERAÇÕES

As mudanças no setor educacional do país, oriundas das tendências sócio/políticas/culturais mundial, deixaram em evidência a necessidade de se formar e habilitar os profissionais que irão ocupar as funções de gestores em uma instituição escolar. A importância do papel do gestor na educação profissional do novo trabalhador é incontestável, e reside no fato de que é a partir da atuação desse profissional que se desenvolve todo o processo do ensino e da aprendizagem que levará o educando a adquirir uma formação cultural e profissional flexível, capaz de inseri-lo, com autonomia, nos diversos setores do mercado de trabalho, cuja operacionalização está submetida a otimização proveniente das novas tecnologias.

Da mesma forma que o mercado de trabalho atual exige do trabalhador um perfil profissional criativo, aberto às inovações e às adaptações desse nosso novo mundo globalizado, também exige do responsável direto por aqueles que irão formar o novo trabalhador – o gestor - que esteja imbuído das competências adequadas para o atendimento das demandas da administração de uma instituição escolar, as quais

consistem em: Autonomia, eficiência, democratização, responsabilidade, resultados positivos e voltados para os interesses da comunidade.

Dessa forma, constata-se que na prática educacional da atualidade, as exigências do perfil requeridas para o gestor da educação profissional, retratam um profissional planejador, atuante, consciente e pacificador dos problemas que virá a enfrentar, tanto no âmbito administrativo quanto no pedagógico, promovendo, assim, a harmonia, a interatividade, o desenvolvimento, a produção e a aquisição de saberes, estes são os referenciais qualificadores que deverão compor a formação geral do educando.

A gestão é indicada como um processo pelo qual se mobiliza e coordena o talento humano, coletivamente organizado, de modo que as pessoas, em equipe, possam promover resultados desejados (LUCK, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, M.C.C.; MARTELETO, R.M.; SOUZA, D.B. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. Ci. Inf. Brasília, v.29, n.3, p. 14-24, set./dez. 2000

ANDREOTTI, A.L.; LOMBARDI, J.C.; MINTO, L.W. (Orgs.). **História da administração escolar no Brasil: Do Diretor ao Gestor**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

AZEVEDO, F. O sentido da educação colonial. In: **A Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943, p. 289-320.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

CHAGAS, V. **Educação Brasileira: o ensino de primeiro e segundo graus. Antes. Agora e depois?**2.ed. São Paulo: Saraiva, 1980, p.303-304.

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Brasília: CNI, 2007.

CUNHA, L.A. O Ensino industrial-manufatureiro no Brasil. Revista brasileira de educação. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, n.14, 2000.

_____. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo: UNESP, 2000b. p. 4.

FRANCA, S.J. Pe Leonel. O Método pedagógico dos Jesuítas: o “Ratio Studiorum”. Rio de Janeiro: Livraria Editora Agir, 1952.

- GONDIM, S.M.G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. Estudos de Psicologia, UFB, 2002.
- LUCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 2a.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LOPES, N.F.M. A função do diretor do ensino fundamental e médio: uma visão histórica e atual – Campinas, SP: [s.n.], 2003. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- MELO, A. O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000. Curitiba, 2010. Acesso aos 07/07/2012. Disponível em [http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24705/TESE%20ALESSANDR%20DE%20MELO%20PDF\[1\]2010](http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24705/TESE%20ALESSANDR%20DE%20MELO%20PDF[1]2010).
- MELO, A.; MEZNEK, I. **Gestão na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.
- SANGENIS, L.F.C. Franciscanos na educação brasileira. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil- Séculos XVI – XVIII**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. v . I. p. 93-107.
- SANTOS, C.R. **O gestor educacional de uma escola em mudança**. São Paulo: Thonson, 2002. p.70.
- SANTOS, J.A Trajetória da Educação Profissional. In LOES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.